

PROJETO DE INTERVENÇÃO EM REDE (PIR) 2009- 2012

# SEM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Uma experiência de trabalho em rede

GRUPO VIOLÊNCIA: INFORMAÇÃO, INVESTIGAÇÃO, INTERVENÇÃO  
SERVIÇO DE VIOLÊNCIA FAMILIAR



COORDENAÇÃO  
João Redondo

Coimbra, 2012



**SEM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**  
**UMA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO EM REDE**

GRUPO VIOLÊNCIA: INFORMAÇÃO, INVESTIGAÇÃO, INTERVENÇÃO  
SERVIÇO DE VIOLÊNCIA FAMILIAR

O conteúdo desta obra pode ser reproduzido em parte ou no seu todo  
se for mencionada a fonte.

Escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico.

**Editor:** Administração Regional de Saúde do Centro

**Título:** SEM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Uma experiência de trabalho em rede

**Coordenação:** João Redondo

**Design Gráfico capa:** Tânia Rodrigues

Serviço de Violência Familiar - Hospital Sobral Cid

CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA

Apartado 1

3031-801 Ceira

Telefone: 239 796 400 - Fax: 239 796 499

Tiragem: 500 exemplares

Impressão: *Tipografia Damasceno*

ISBN: 978-989-95137-4-7

Projeto cofinanciado pelo Fundo Social Europeu no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano (nº 015443/2008/77)



## Capítulo III

### **Violência doméstica: A experiência do Grupo Violência: Informação, Investigação, Intervenção**

#### **1. Violência doméstica e intervenção em rede secundária: porquê e para quê?**

*Madalena Alarcão*

#### **Introdução**

Atualmente, a importância da intervenção em rede é claramente afirmada por políticos e por profissionais. Os primeiros apresentam a articulação das respostas, a sinergia e a eficiência assim potenciadas, como uma enorme mais valia na gestão dos recursos humanos e materiais disponíveis bem como na própria eficácia da intervenção e na satisfação dos participantes. Os segundos, não sendo alheios aos custos materiais e humanos bem como à sua gestão, enfatizam a coerência e rapidez da atuação, o empoderamento dos participantes na promoção da mudança, a sua satisfação e a possibilidade e qualidade da (meta)reflexão como razões fundamentais do trabalho em rede.

O progresso científico e a especialização do saber estimularam um conjunto de necessidades e de respostas institucionais, povoando o

ecossistema de cada pessoa /família de serviços e profissionais que, podendo estar/ser mais ou menos presentes e necessários, são, hoje em dia, parte integrante do apoio e do controlo social.

Quando a gestão do apoio social é delegada, assumida ou imposta por um conjunto de respostas institucionais, torna-se fundamental que a rede secundária se articule e reflita sobre o sentido e os limites da sua atuação para que a mesma seja não só concertada como não prejudique ou anule o sentido de autoria que cada pessoa/família deve assumir na construção do seu projeto de vida.

É sobre as razões e objetivos da intervenção em rede, nomeadamente secundária, no quadro da resposta institucional à violência doméstica que se propõe a presente reflexão.

### **Objetivos e compromissos de uma intervenção em rede secundária**

A rede social pessoal, composta por todos os elementos que emergem da massa anónima da sociedade (Sluzki, 1996), constitui um importante nicho de apoio ainda que, por integrar todos aqueles que são significativos para a pessoa, possa envolver focos de tensão ou constituir-se, mesmo, como fonte de desadaptação. As relações que o sujeito focal mantém com muitos dos elementos da sua rede têm uma matriz informal. São emocionalmente carregadas, mais ou menos estáveis, marcadas por afinidades pessoais, que surgem e se desenvolvem num quadro não institucional: os familiares, os amigos, os vizinhos constituem, então, a sua rede primária (Guédon, 1984).



Há, no entanto, pessoas ou instituições com quem o sujeito focal estabelece relações de natureza formal, apenas mediadas por objetivos funcionais e pela prestação de serviços concretos. A rede secundária assume, em determinados momentos e junto de certos grupos populacionais, como é o caso das pessoas ou famílias multiassistidas (Coletti & Linares, 1997; Imber-Black, 1988; Picão & Alarcão, 2009) um papel muito importante, potencialmente gerador de transformações positivas embora também seja, mais vezes do que o que seria desejável, responsável pela manutenção do *statu quo* e pela perpetuação dos problemas.

Existe, hoje, uma consciência muito clara, por parte da rede secundária, de que a eficiência e eficácia da sua atuação obriga a um conjunto de objetivos e compromissos que se resumiriam:

- a) conhecimento, para cada problemática (p.e., pobreza, violência, saúde mental) e em cada caso concreto (p.e., família X, casal Y, pessoa Z), de quais são as instituições e os profissionais que estão teórica e operacionalmente implicados na análise e intervenção, constituindo o ecomapa (Hartman, 1995 ) ou o mapa institucional (Benoit, Malarewicz, et al., 1988, p.47-48) instrumentos interessantes para o mapeamento da composição e interação da rede secundária;
- b) definição de uma agenda comum à própria rede secundária, com particular incidência na definição da sua missão, valores e

quadro conceptual de leitura dos fenómenos em análise e das situações concretas em que é necessário intervir;

- c) definição do modelo de comunicação no interior da rede secundária, clarificação dos papéis de cada uma das instituições e dos profissionais, das suas competências, dos limites e fronteiras intersistémicos, do modelo de gestão de poder;
- d) definição do modelo de comunicação entre a rede secundária e a pessoa ou família que está a ser apoiada, procurando prevenir ou, não o evitando, resolver situações de ruído na comunicação, coligação ou clara desqualificação;
- e) institucionalização de um espaço regular de debate sobre assuntos e casos que estão a ser trabalhados pela rede e de um espaço de meta-reflexão onde possam ser analisados os pontos fortes e as fragilidades da rede, os sucessos e, sobretudo, os insucessos da intervenção em rede. A existência de um espaço de supervisão, a realizar por um elemento exterior à rede mas suficientemente conhecedor das problemáticas e do tipo de trabalho por ela desenvolvido, pode constituir um importante recurso na facilitação desta atividade de meta-reflexão, bem como na clarificação do quadro conceptual de leitura da realidade e no modelo de comunicação a adotar;
- f) clarificação do trabalho a realizar pela rede secundária e pelo sujeito/família que está a ser apoiado, não sem antes ser

debatido e clarificado quais os problemas ou dificuldades a resolver e quais os objetivos e metas a atingir bem como a forma como a rede secundária pode ajudar o sujeito/família a alcançar essas mudanças no respeito pela sua coerência interna, enquanto sistema.

Tal como num sistema “o todo não é igual à soma das partes” (Morin, 1992), deve ser claro, para todos, que o trabalho em rede não é uma mera adição ou justaposição de intervenções parcelares, mesmo que resultantes de um acordo prévio de divisão de tarefas. A intervenção em rede é uma emergência da própria rede secundária, na qual todos os parceiros ou sistemas devem reconhecer-se mesmo quando, em determinado momento ou caso, tal intervenção é assumida ou desenvolvida apenas por alguma das partes. A confiança interpessoal e intersistémica, nomeadamente acerca da competência e do trabalho dos elementos da rede, constitui um ingrediente fundamental para a atuação e crescimento da própria rede.

### **Utilidade da intervenção em rede secundária nos casos de violência doméstica**

A violência doméstica, enquanto crime público e comportamento gerado e mantido no quadro de relações interpessoais que, na maior parte das vezes, não podem (p.e., entre pais e filhos) ou não querem (p.e., entre ser parceiros amorosos) ser finalizadas mas que infligem danos mais ou menos profundos e mais ou menos imediatos, constitui

uma problemática que solicita a intervenção de saberes e profissionais diversos, desde as forças de segurança ao sistema judicial, passando pelas áreas da saúde, da educação e do apoio psicológico e social.

Apesar de um contexto sociopolítico e cultural favorável à sinalização e condenação da violência doméstica, é consensual a ideia de que muitas situações permanecem silenciadas, seja pela dependência da vítima face ao perpetrador da violência, seja pelo medo das consequências da revelação, pela desvalorização da agressão, pelo sentimento de impotência ou pela falta de percepção de apoio externo. No entanto, apesar do segredo que envolve muitas das interações violentas, tem havido uma sinalização cada vez mais numerosa de situações de violência doméstica, nomeadamente por parte das próprias vítimas, e uma atenção crescente por parte dos profissionais para possíveis indicadores de violência, na certeza de que a denúncia é um patamar importante para a deteção do problema mas insuficiente para a sua resolução.

Se a resposta policial é relevante para um controlo mais imediato do comportamento violento e se a resposta judicial é fundamental para a clarificação da valoração criminal de tal comportamento, a avaliação médico-legal e o apoio social são, numa primeira etapa, respostas indispensáveis à confirmação da agressão e do dano, particularmente quando a agressão é física e/ou sexual, e à disponibilização de apoio e controlo social quando o mesmo não pode ser assegurado pela família e/ou outros elementos da rede primária ou quando esta não está suficientemente ativada para que essa resposta possa surgir

espontaneamente. Numa segunda etapa, e assegurada a segurança da vítima quando o perigo é real, a avaliação psicológica e a intervenção terapêutica são respostas necessárias à melhor compreensão da situação, nomeadamente da própria interação violenta (tipo de violência, desencadeadores, fatores de manutenção), do dano e do potencial de mudança. Com efeito, só dessa forma é possível definir com clareza e adequação a subsequente intervenção social e psicoterapêutica junto da/s vítima/s e do/s agressor/es. O próprio sistema judicial necessita dessa avaliação para ponderar a utilidade da medida de suspensão provisória do processo e, quando aplicada, definir as respetivas injunções (Dias & Alarcão, 2012) ou para definir as medidas de promoção e proteção nas situações em que as vítimas diretas e/ou indiretas são crianças ou jovens.

O conhecimento de que alguém é vítima de violência doméstica desperta, habitualmente, respostas emocionais negativas, mais ou menos intensas, que nem sempre ajudam a compreender a situação, particularmente quando a violência é ocultada ou desvalorizada pelas próprias vítimas e/ou agressores. A ressonância que o conhecimento destas situações tem no profissional é inevitável: ele não pode deixar de sentir e, habitualmente, sente necessidade de proteger a vítima, procurando equacionar, muito rapidamente, a resposta que, em sua opinião melhor protege a vítima e faz cessar a interação violenta. A violência íntima entre parceiros é, a este nível, paradigmática: a maior parte dos profissionais, sobretudo quando são mais novos e não têm experiência de trabalho com esta problemática, considera que a

resposta mais adequada é a separação/ divórcio da díade, acompanhada de apoio psicológico à vítima para superação de eventuais danos e empoderamento da mesma no sentido de a ajudar a ultrapassar a crise e prosseguir a sua vida; no entanto, são muitas as vezes em que a vítima não quer abandonar o/a companheiro/a, embora peça ajuda para alterar um quotidiano que ameaça o seu bem estar, ou o dos seus filhos, e que, por isso, já não pode ser mais tolerado.

Não podendo eliminar as suas próprias emoções e sentimentos, valores e crenças, o profissional tem, contudo, que: i) criar as condições necessárias para que a avaliação da situação possa ser adequada e completa, consubstanciando-se a sua neutralidade na garantia de que toda a informação tem as mesmas condições de ser revelada e ponderada; ii) garantida a segurança da/s vítima/s, equacionar com a/s mesma/s e com o seu microsistema as respostas que melhor promovem a mudança, no respeito pela sua visão preferida de vida, desenvolvimento e identidade.

Como já anteriormente se referiu, pela complexidade do fenómeno e pela diversidade de respostas que inevitavelmente despoleta, são diversos os profissionais e as instituições que são chamadas a intervir nos casos de violência doméstica. Num contexto em que às emoções dos protagonistas da violência se associam as emoções dos profissionais, e na ausência de um referencial teórico único de leitura e compreensão do fenómeno, a intervenção em rede surge, para profissionais e clientes, como uma importante mais valia.

Se os profissionais conhecerem quem, no terreno, está (ou pode estar) a trabalhar com aquelas pessoas (vítima, agressor e família) e que tipo de apoio cada um pode prestar, sabem não só como gerir todo o processo de encaminhamento mas percebem, também, com quem podem debater as suas dúvidas e comparar a sua visão acerca do problema e das eventuais possibilidades de mudança. Se a rede secundária funcionar de acordo com os objetivos e compromissos anteriormente apresentados, os profissionais sentem-se menos sozinhos, mais apoiados e, provavelmente, mais compreendidos nas suas visões acerca do problema e das possíveis respostas para o mesmo. O que não só não é despreciado como é fundamental num contexto em que a tensão e a coligação são frequentes, com recurso a mecanismos de defesa frequentemente mais primitivos como a negação, a clivagem e a projeção.

Para vítimas, agressores e suas famílias, a existência de uma rede secundária que funcione de forma articulada, que seja capaz de uma verdadeira leitura sistémica acerca do *valor* da violência bem como das possibilidades de mudança, constitui uma garantia de consistência da intervenção, tão mais importante quanto se conhecem os resultados negativos de intervenções desconexas e, até, contraditórias (p.e., *drop-out*, manutenção do problema, desqualificação dos clientes e/ou da própria intervenção) (Imber-Black, 1988; Picão & Alarcão, 2009).

## **Conclusão**

Num quadro social e legislativo em que a violência doméstica é crime público e em que, como resposta, se equacionam várias áreas de intervenção (cf. IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, Diário da República, 2010), são diversos os profissionais e as instituições que são chamados a intervir. Apesar das suas especificidades, há diversos pontos de contacto e até de sobreposição, razão pela qual, desde logo, é importante que a rede secundária se conheça e atue de forma articulada. Mas há ainda dois outros tipos de razão pela qual esta intervenção se afigura fundamental: i) a necessidade de criar referenciais comuns de leitura, compreensão e intervenção face a um fenómeno tão complexo e desafiante como a violência; ii) a necessidade de criar um enquadramento institucional que efetivamente promova mudanças e apoie e empodere os protagonistas da violência e os profissionais que com eles se cruzam e trabalham.



## ***Referências bibliográficas***

- Benoit, J. C., Malarewicz, J. A. et al. (1988). *Dictionnaire clinique des thérapies familiales systémiques*. Paris: ESF.
- Dias, S., & Alarcão, M. (2012). A suspensão provisória do processo em casos de violência conjugal: Um estudo exploratório. *Ousar Integrar*, 11, 9-17.
- Coletti, M., & Linares, J.L. (1997). *La intervención sistémica en los servicios sociales ante la familia multiproblemática, la experiencia de Ciutat Vella*. Barcelona: Paidós.
- Guédon, M. Ch. (1984). Les réseaux sociaux. In C. Brodeur, & R. Rousseau (dir.). *L'intervention de réseaux: Une pratique nouvelle* (15-33). Montréal: Éditions France-Amérique.
- Hartman, A. (1995). Diagrammatic assessment of family relationships. *Families in Society*, 76, 2, ProQuest Psychology Journals, 111-122.
- Imber-Black, E. (1988). *Families and larger systems : A family therapist's guide through the labyrinth*. New York: The Guilford Press.
- Morin, E. (1992). *Introduction à la pensée complexe* (4ª ed.). Paris: ESF. Edição original 1990.
- Picão, M., & Alarcão, M. (2009). A rede secundaria em famílias multiassistidas. Estudo de um contexto de proteção da infância. *Mosaico*, 41, 115-126.
- Sluzki, C. (1996). *La red social: Frontera de la practica sistémica*. Barcelona: Gedisa.